



**Campus Santana do Livramento  
Graduação em Administração  
Trabalho de Curso**

**AS PRÁTICAS ANTIRRACISTAS NAS INSTITUIÇÕES PÚBLICAS DE ENSINO  
BÁSICO, A PARTIR DA PERCEPÇÃO DOS PROFESSORES DAS ESCOLAS DE  
SANT'ANA DO LIVRAMENTO**

Autoria: Sandro de Mello Sena

Orientador: Prof. Sebastião Ailton da Rosa Cerqueira-Adão

**RESUMO:** O tema racismo e a abordagens sobre as práticas antirracistas nas escolas de ensino básico, fundamental e médio, de Sant'Ana do Livramento-RS norteiam este estudo, que busca identificar, através da percepção dos professores, como esses temas são tratados dentro de cada instituição. Para o desenvolvimento desta pesquisa utilizou-se uma pesquisa exploratória-descritiva com método do estudo de caso. Este estudo foi aplicado em 5 escolas do município de Sant'Ana do Livramento-RS. A coleta de dados foi desenvolvida por meio de entrevistas semiestruturadas e as análises foram aplicadas sobre o viés qualitativo. No total foram entrevistados 10 professores, 2 de cada instituição analisada. Identificou-se que o racismo dentro das instituições não ocorre de forma sistemática, pois ele acaba sendo mais evidente em algumas delas. A urgente necessidade de elevar-se o debate se mostra mais do que necessária. Pois, percebe-se que mesmo depois da criação da lei 11.645/08, que torna obrigatórios ensinamentos sobre a Cultura Indígena e Afro-brasileira em todas as instituições de ensino básico, tal cobrança não é executada pelos órgãos educacionais responsáveis. Ademais, percebe-se a falta de treinamento e capacitação dos professores, além de apoio financeiro necessário para o desenvolvimento dessas práticas dentro das escolas. Sendo assim, entende-se a importância deste estudo como divulgador para a criação de políticas antirracistas e sua implementação eficaz dentro das escolas do município.

**Palavras-chave:** Racismo, Práticas Antirracistas, Lei 11.645/08, Escola, Capacitação do Docente.

**ANTI-RACIST PRACTICES IN PUBLIC BASIC EDUCATION INSTITUTIONS,  
FROM THE PERCEPTION OF TEACHERS AT SANT'ANA DO LIVRAMENTO  
SCHOOLS**

**ABSTRACT:** The theme of racism and approaches to anti-racist practices in primary, elementary and secondary schools in Sant'Ana do Livramento-RS guide this study, which seeks to identify, through the teachers' perception, how these themes are treated within of each institution. To develop this research, exploratory-descriptive research was used with a case study method. This study was carried out in 5 schools in the municipality of Sant'Ana do Livramento-

RS. Data collection was carried out through semi-structured interviews and analyzes were applied with a qualitative bias. In total, 10 teachers were interviewed, 2 from each institution analyzed. It was identified that racism within institutions does not occur systematically, as it ends up being more evident in some of them. The urgent need to raise the debate is more than necessary. Therefore, it is clear that even after the creation of law 11.645/08, which makes teaching about Indigenous and Afro-Brazilian Culture mandatory in all basic education institutions, this demand is not carried out by the responsible educational bodies. Furthermore, there is a lack of training and qualification of teachers, in addition to the financial support necessary for the development of these practices within schools. Therefore, the importance of this study as a disseminator for the creation of anti-racist policies and their effective implementation within the city's schools is understood.

**Keywords:** Racism, Anti-Racist Practices, Law 11.645/08, School, Teacher Training.

## **PRÁTICAS ANTIRACISTAS EN INSTITUCIONES PÚBLICAS DE EDUCACIÓN BÁSICA, DESDE LA PERCEPCIÓN DE LOS DOCENTES DE LAS ESCUELAS DE SANT'ANA DO LIVRAMENTO**

**RESUMEN:** El tema del racismo y los abordajes de las prácticas antirracistas en las escuelas primarias, elementales y secundarias de Sant'Ana do Livramento-RS orientan este estudio, que busca identificar, a través de la percepción de los profesores, cómo esos temas son tratados en el seno de cada institución. Para desarrollar esta investigación se utilizó una investigación exploratoria-descriptiva con el método de estudio de casos. Este estudio se realizó en 5 escuelas del municipio de Sant'Ana do Livramento-RS. La recolección de datos se realizó mediante entrevistas semiestructuradas y se aplicaron análisis con sesgo cualitativo. En total se entrevistaron 10 docentes, 2 de cada institución analizada. Se identificó que el racismo al interior de las instituciones no se da de manera sistemática, pues termina siendo más evidente en algunas de ellas. La urgente necesidad de plantear el debate es más que necesaria. Por lo tanto, es claro que incluso después de la creación de la ley 11.645/08, que hace obligatoria la enseñanza de la Cultura Indígena y Afrobrasileña en todas las instituciones de educación básica, esta exigencia no es atendida por los órganos educativos responsables. Además, falta capacitación y calificación de los docentes, además del apoyo financiero necesario para el desarrollo de estas prácticas dentro de las escuelas. Por lo tanto, se comprende la importancia de este estudio como divulgador para la creación de políticas antirracistas y su efectiva implementación dentro de las escuelas de la ciudad.

**Palabras clave:** Racismo, Prácticas Antirracistas, Ley 11.645/08, Escuela, Formación Docente.

## **1 INTRODUÇÃO**

O Brasil tem uma história marcada pela diversidade étnica e cultural, resultado da colonização portuguesa, da escravidão e da imigração de diversas outras etnias ao longo dos séculos. Porém, essa diversidade também trouxe consigo desigualdades profundas, especialmente no que diz respeito ao racismo. O racismo no Brasil é um fenômeno complexo e múltiplo, que transpassa todas as esferas da sociedade, desde as relações interpessoais até as estruturas institucionais. Sabe-se que durante séculos, africanos escravizados foram a base da economia brasileira, e as ideias de superioridade racial branca foram utilizadas para justificar a exploração e a opressão dos negros (Maringoni, 2011).

Apesar da abolição da escravidão em 1888, as marcas desse passado persistem até os dias de hoje. Os negros e afrodescendentes continuam sendo marginalizados e enfrentando

discriminação em diversas áreas, como educação, saúde, emprego e segurança pública.

Contudo, na visão de Silva (2017), quando se fala de racismo deve-se levar em consideração que ele se apresenta de muitas outras formas e subdivisões na sociedade como: o individualista, estrutural e institucional. A luta contra o racismo no país é uma batalha constante, que envolve a conscientização, a mobilização social e a implementação de políticas públicas que promovam a igualdade racial e o respeito à diversidade.

Por isso, há quase 20 anos tornava-se obrigatória a inclusão de História e Cultura Indígena e Afro-Brasileira no currículo escolar do Ensino Fundamental e Médio em escolas públicas e particulares do país. A lei 11.645/08, alterava a lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional ao entender a necessidade de incorporar a contribuição do povo negro na formação da sociedade brasileira (BRASIL, 2008).

De acordo com Ribeiro (2021), a escola é um espaço de construção de conhecimento, e está organizada nas suas bases primogênicas em orientações eurocêntricas. Sendo assim, o conhecimento só é validado como verdadeiro sob a ótica da escola europeia. Porém, no mundo atual, se faz necessária uma abordagem realista e inclusiva nas práticas de ensino dos nossos jovens, e para tal, a lei 11.645/08 foi criada para buscar solucionar esse problema complexo.

A formação profissional dos professores, como destacado por Castro e Romero (2006), começa muito antes da graduação e, infelizmente, muitas vezes carece da abordagem da temática antirracista. Além disso, a escassez de literatura sobre o assunto, a dificuldade de acesso às poucas disponíveis e a falta de materiais didáticos que facilitem a reflexão sobre o antirracismo contribuem para os obstáculos na implementação e consolidação dessa educação nas escolas brasileiras.

Com base nos dados anteriores, este estudo busca trazer ao conhecimento o processo de construção de práticas antirracistas nas escolas de Sant'Ana do Livramento- RS, que observando a necessidade de trazer assuntos relacionados, primeiramente ao combate ao racismo, percebe a importância de compreender se essa prática é suficiente para garantir uma escola cujo cotidiano possua ensinamentos pedagógicos capazes de superar as desigualdades sociais e raciais (Gomes, 2001).

Para Cury (2007), a educação escolar é um dos fundamentos primordiais da cidadania e este princípio é essencial para que haja a participação de todos nos espaços sociais. Tal pensamento e atitude só podem ser vislumbrados em uma realidade de escola democrática e com regras de igualdade. Ainda na visão de Macedo (2014), a necessidade de se debater e trazer para a sala de aula a realidade de desigualdades raciais presenciada na sociedade é inquestionável. É de suma importância que uma escola se proponha a primar pelo cumprimento de diretrizes e parâmetros educacionais que busquem a equidade de direitos. Essas escolas requerem líderes sensíveis e comprometidos com a responsabilidade social e legal, alinhados com os diferentes documentos e convenções que seguem essa visão.

Por isso, deve-se dar considerável importância nas bases de formação cultural e ética de um indivíduo dentro da sociedade, e para tal, entender qual o papel que as escolas desempenham para a construção de todo esse processo. Afinal, a escola, ao lado da família, tem uma grande importância na formação desse caráter individual.

Ademais, tendo-se identificado uma escassez de estudos que relacionem os temas da criação da lei 11.645/08 e suas aplicações nas instituições de ensino, tornou-se visível a necessidade da realização de uma pesquisa que realize uma abordagem mais específica na descoberta do que está, de fato, sendo ensinado nas escolas da cidade, partindo da importância da aplicação da lei nessas instituições, situadas na fronteira do Brasil com o Uruguai, mais precisamente na cidade de Sant'Ana do Livramento-RS. Ou seja, do ponto de vista prático, espera-se que os resultados deste estudo sirvam de base para a melhoria destas instituições.

Neste contexto, esta pesquisa tem como pergunta central: Como se caracteriza a abordagem das práticas educacionais antirracistas nas instituições públicas de ensino básico, baseado na percepção dos professores das escolas de Santana do Livramento-RS?

Para responder à pergunta central deste estudo, teve-se como objetivo geral **identificar como se caracterizam as práticas educacionais antirracistas nas instituições públicas de ensino básico, baseado na percepção dos professores das escolas de Sant'Ana do Livramento-RS?**

Para atingir o objetivo geral foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos:

- a) Identificar os tipos de racismo existente e a realidade das Escolas Públicas de Ensino Básico de Sant'Ana do Livramento-RS;
- b) Verificar quais as políticas voltadas ao antirracismo, estão sendo implementadas no ambiente das Escolas Públicas de Ensino Básico de Sant'Ana do Livramento-RS;
- c) Identificar a capacitação e o conhecimento dos professores(as) a respeito da Lei 11.645/08 no ambiente das Escolas Públicas de Ensino Básico de Sant'Ana do Livramento-RS.

Esta pesquisa justifica-se pelo fato de que as instituições de ensino, sejam elas de ensino fundamental, médio ou superior, têm vivenciado em seus ambientes o aumento das práticas de racismo. O ambiente escolar, entende-se, deveria ser o espaço de formação do indivíduo no que tange às questões cidadãs, de socialização e construção do caráter. Assim sendo, a escola funciona como um ambiente que deveria, antes de tudo, acolher aqueles que são sujeitos de atenção específica. Trabalhar a diversidade faz parte deste contexto de preparação para o mundo da vida e o do trabalho, com pessoas preocupadas em edificar uma sociedade mais justa e igualitária em que as políticas públicas deem conta da inclusão nos seus mais diferentes aspectos (Carneiro, 2023).

É preciso lembrar que, ao se falar em implementação de políticas públicas, neste caso educacionais, a escola possui na gestão escolar sua figura de liderança e que é a partir de sua aprovação que os projetos pedagógicos deixam de ser isolados e passam a fazer parte do Projeto Político Pedagógico (Cury, 2007).

Além disso, na visão de Fernandes (1974), desde essa época o assunto já era tratado na sociedade, pois a escola desempenha um papel crucial na promoção da diversidade, indo além dos conhecimentos formais para cultivar uma formação crítica e emancipadora. Nela é priorizado o respeito às diferenças e a desconstrução das desigualdades, ela não apenas prepara para a vida, mas é um reflexo dela mesma.

No entanto, a escola também pode ser um ambiente onde conceitos são replicados ou desafiados, onde preconceitos são mantidos e discriminações são encorajadas. Com frequência, as diferenças no ambiente escolar são fontes de exclusão, críticas e isolamento (Silva, 2023).

Sendo assim, Castro e Romero (2006) entendem que a jornada de formação dos professores é muito importante e começa bem antes do ensino formal na universidade. Na verdade, desde seus dias como alunos, os professores começam a moldar sua identidade discursiva muito antes de entrarem na prática pedagógica (Larsen-Freeman, 1983).

Portanto, a formação de educadores deve abraçar uma abordagem crítica enraizada no ambiente educacional, ajudando a enriquecer o pensamento dos professores e capacitando-os para práticas educacionais que combatam o racismo. Pois, isso de certa forma, criaria uma ferramenta poderosa necessária, que seria o conhecimento questionador, importante para apoiar as mudanças sociais que apareçam (Castro e Romero, 2006).

Logo, numa tentativa de mudança e reconstrução, a partir das percepções do desenvolvimento dos trabalhos que eram desenhados e pensados e da busca por formação

contínua acerca de assuntos antirracistas, criou-se a lei 11.645/08 com o intuito de pensar em como decolonizar o currículo (Almeida e Costa, 2021).

A Lei 11.645/08, é um marco histórico. Ela simboliza, simultaneamente, um ponto de chegada das lutas antirracistas no Brasil e um ponto de partida para a renovação da qualidade social da educação brasileira.

Por isso, uma maneira de garantir com que essas políticas públicas sejam cobradas e de fato aplicadas, começa pela conscientização e pela construção do conhecimento, oferecidos pelas instituições de ensino do país. Transmitir tal conhecimento de forma clara, dinâmica e eficaz pode significar a concretização de um mundo mais justo e igualitário para todos.

### **1.1 Estrutura do trabalho**

O seguinte trabalho divide-se em Referencial Teórico, com suas 3 subdivisões. Percurso Metodológico, com seu tipo de pesquisa e abordagem, além do método e coleta de dados. Análise e Discussão dos Resultados, com perfil dos entrevistados e das escolas, além das análises da entrevista com questões baseadas nos tópicos do Referencial Teórico. Considerações Finais e Referências Bibliográficas.

## **2 REFERENCIAL TEÓRICO**

Neste capítulo apresentam-se as teorias que ajudam a compreender o tema estudado, inicialmente apresenta-se a Existência do Racismo, no segundo tópico aborda-se as Políticas Educacionais Antirracistas Após a Lei 11.645/08 e, para finalizar, são abordadas as Práticas Educacionais na Preparação do Docente ao Combate do Racismo na Escola.

### **2.1 A Existência do Racismo**

O Brasil é um país com grande diversidade racial e étnica, e constantemente a sociedade se depara com discursos que afirmam que esse fato faz do país uma nação acolhedora e sem preconceitos. Contudo, quando se analisa com mais calma o entorno, percebe-se que a realidade não é tão uniforme e harmoniosa assim. A sociedade brasileira vive o “mito da democracia racial”, em que há uma clara divisão entre negros e brancos, inicialmente atribuída ao legado escravocrata (Domingues, 2005). Entretanto, essa explicação não esgota as possibilidades quando se fala de relações étnico-raciais no contexto brasileiro. As diferenças entre brancos e negros continuam evidentes e, de fato, parecem até se intensificar nos dias de hoje.

De acordo com Sansone (2003), a construção desse pensamento começou na década de 1930, quando as relações raciais no Brasil passaram a ser moldadas pelo mito da democracia racial. Surgiu então a crença de que, por não existirem leis segregacionistas, brancos e negros teriam as mesmas oportunidades.

Contudo, na visão de Almeida (2008), o racismo existe, e é uma forma sistemática de discriminação baseada na raça, manifestando-se por meio de práticas, conscientes ou inconscientes, que resultam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertencem.

Segundo Savazzoni (2015) argumenta, o racismo fundamenta-se principalmente na crença de que as desigualdades entre os seres humanos são decorrentes de diferenças biológicas, da natureza e de sua constituição. Não obstante disso, explicando melhor o tema supracitado, Almeida (2018), afirma que o racismo se distribui em três dimensões: O Individualista, o Estrutural e o Institucional.

O primeiro está relacionado à subjetividade do indivíduo, ocorrendo como um fenômeno individual ou em grupos isolados, com características muitas vezes consideradas

patológicas. Deve ser combatido por meio da educação e do aumento do conhecimento sobre os prejuízos causados por esse fenômeno, além de ser punido através de medidas jurídicas, como pode ser visto em Almeida (2018):

[...] a concepção individualista, por ser frágil e limitada, tem sido base de análises sobre o racismo absolutamente carentes de história e de reflexão sobre seus efeitos concretos. É uma concepção que insiste em flutuar sobre uma fraseologia moralista inconsequente – “racismo é errado”, “somos todos humanos”, “como se pode ser racista em pleno século XXI?”, “tenho amigos negros” etc. – e uma obsessão pela legalidade.

Por sua vez, o racismo estrutural é o racismo que está presente na própria estrutura social. Como diz Almeida (2019) a seguir:

[...] consciente de que o racismo é parte da estrutura social e, por isso, não necessita de intenção para se manifestar, por mais que calar-se diante do racismo não faça do indivíduo moral e/ou juridicamente culpado ou responsável, certamente o silêncio o torna ética e politicamente responsável pela manutenção do racismo. A mudança da sociedade não se faz apenas com denúncias ou com o repúdio moral do racismo: depende, antes de tudo, da tomada de posturas e da adoção de práticas antirracistas.

Ribeiro (2019), complementa que o racismo estrutural abrange um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas presentes no cotidiano da população que, mesmo sem uma intenção racial explícita, acabam promovendo o racismo. A partir do momento em que se entende o racismo como um sistema que estrutura a sociedade brasileira, torna-se quase impossível não ser racista, mesmo para aquelas pessoas que se consideram não racistas. Isso ocorre porque o racismo extrapola a individualidade, está culturalmente presente na sociedade, muitas vezes de forma imperceptível.

Por fim, de acordo com Werneck (2013), o racismo institucional é um modo de subordinar o direito e a democracia às necessidades do racismo, fazendo com que os primeiros inexistam ou existam de forma precária, diante de barreiras interpostas na vivência dos grupos e indivíduos aprisionados pelos esquemas de subordinação desse último. Seu impacto na vida da população negra no Brasil pode ser percebido tanto na sua relação direta com os serviços e as instituições que deveriam garantir seus direitos fundamentais.

Além disso, ele se manifesta por meio de normas, práticas e comportamentos discriminatórios presentes no dia a dia do trabalho, originados pelo preconceito racial.

Após apresentar-se o tema sobre a Existência do Racismo, a seguir abordam-se as Políticas Educacionais Antirracistas após a Lei 11.645/08.

## **2.2 Políticas Educacionais Antirracistas após a criação da lei 11.645/08**

Para que se concretize esse objetivo antirracista nas instituições de ensino, é fundamental que haja uma capacitação acadêmica que priorize discussões sobre questões étnico-raciais, preparando os educadores para abordarem tais assuntos em sala de aula com o intuito de combater o racismo que permeia a vida das pessoas negras. É necessário um programa educacional que incorpore essas diretrizes, bem como professores aptos a integrar aspectos da cultura negra em sua metodologia de ensino.

Para tanto, talvez seja interessante que a lei 11.645/08 seja obrigatória na formação do docente, a fim de esclarecer em sua trajetória acadêmica, a importância de abordar sobre esse tema inclusivo nos dias de hoje.

De acordo com dados recentes do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística o preconceito na escola ou faculdade já atingiu 84% dos adolescentes e jovens negros brasileiros.

Oito em cada dez jovens negros, no Brasil, sentiram ou presenciaram situações de preconceito na escola ou na faculdade (IBGE, 2023).

Uma medida adotada para enfrentar esse desafio no ambiente escolar foi a implementação da Lei 11.645/08, que estabelece a inclusão obrigatória do conhecimento sobre a “História e Cultura Indígena, Africana e Afro-brasileira” nas instituições de ensino. Essa legislação impõe a necessidade de abordar questões étnico-raciais nas escolas, sendo sua relevância inquestionável de acordo com a visão de Almeida e Sanches (2017):

[...] assim, é possível assinalar que os diversos problemas presentes no processo de implementação da legislação aqui estudada, e que são comuns a outras políticas educacionais, são transpassados pelos comportamentos discriminatórios cotidianos nas instituições educacionais de todos os níveis – práticas de difícil identificação e combate, pois são intrínsecas às relações institucionais.

Na visão de Jaccoud (2008), as políticas educacionais no Brasil continuam a demonstrar falhas na abordagem das disparidades raciais que há muito tempo afetam o ingresso, a permanência e o desempenho acadêmico de crianças e adolescentes negros nas escolas do país. Além disso, a jornada educacional desses alunos ao longo dos anos é motivo de preocupação. Não se trata apenas dos estudantes negros que enfrentam barreiras devido a condições econômicas familiares desfavoráveis, ou que abandonam a escola no meio do caminho. Refere-se também àqueles que persistem, lutando diariamente por igualdade de oportunidades e tratamento justo, enquanto enfrentam o preconceito evidente nas paredes ou velado nos corredores das instituições de ensino.

Sob essa ótica, a promulgação da Lei 11.645/08 representou uma conquista crucial para promover perspectivas mais inclusivas e diversas na educação. Resultado de intensas demandas dos movimentos negros, essa legislação estabeleceu a inclusão obrigatória de conteúdos sobre a história e cultura africana e afro-brasileira nos currículos da Educação Básica (BRASIL, 2008).

No entanto, um estudo conduzido pelo Instituto Alana (2023) revelou que 71% das Secretarias Municipais de Educação têm realizado poucas ou nenhuma ação estruturada para cumprir a Lei 11.645/08. Ele afirma que os principais obstáculos citados incluem a dificuldade dos profissionais em integrar o ensino dessas temáticas nos currículos e projetos escolares, com a escassez de informação e orientação adequadas. Entre todas as secretarias pesquisadas, 69% indicaram que a maioria ou boa parte das escolas aborda a história e cultura africana e afro-brasileira apenas durante o mês ou semana da Consciência Negra. Além disso, a maioria das secretarias municipais não monitora os indicadores de desempenho dos alunos por raça.

Assim, observa-se que as abordagens pedagógicas em prol de uma mentalidade antirracista frequentemente não seguem a estruturação prevista em lei, manifestando-se geralmente como iniciativas isoladas e esporádicas. Essas práticas tendem a ocorrer principalmente quando os currículos reservam apenas um momento para o que deveria ser uma discussão contínua sobre o tema (Gomes, 2001).

Após apresentar o tema sobre as Políticas Educacionais antirracistas na escola. A seguir abordam-se as Práticas Educacionais na Preparação do Docente para o Combate do Racismo na Escola.

### **2.3 Práticas Educacionais na Preparação do Docente ao Combate do Racismo na Escola**

Roos (2010) argumenta que, dado o ambiente multicultural das escolas, é crucial que os professores adotem estratégias pedagógicas que promovam a conscientização sobre a valorização da ancestralidade, a resistência e a contribuição dos negros para o progresso

político, social e cultural do Brasil. Isso visa não apenas fortalecer a identidade e a autoestima dos alunos, mas também cultivar o respeito pelas diversas etnias presentes na sociedade.

Com base na Lei 11.645/08, Vieira, Costa, Rei e Araújo (2012) exploram as estratégias para desenvolver recursos metodológicos e materiais didáticos destinados a abordar a história e a cultura afro-brasileira. Entre os métodos sugeridos para a sala de aula, destaca-se a ênfase na interatividade e dinamicidade, reconhecidos como elementos essenciais para a internalização do conhecimento.

Portanto, é responsabilidade do professor identificar em sua abordagem pedagógica uma via para enfrentar o racismo presente, incentivando os alunos a refletirem sobre a igualdade de gênero, o respeito, a moralidade, a ética e a justiça social.

No entanto Rocha (2008), percebe que as práticas de ensino têm uma abordagem superficial dos conteúdos programáticos, muitas vezes apenas para cumprir as exigências legais que requerem a inclusão de discussões sobre a cultura afrodescendente nos currículos brasileiros.

Sabe-se que uma das principais ferramentas utilizadas pelos professores para abordar a história da cultura afrodescendente são os livros didáticos, especialmente os de história. Isso evidencia que a história do Brasil foi contada predominantemente a partir da perspectiva dos governantes de cada época, visando manter a população subjugada sob seu controle, o que incluía a comunidade negra de acordo com Silva, Souza e Oliveira (2014):

A escola, como instituição social responsável pelo processo de socialização, tem um importante papel sobre a formação da consciência histórica educandos, e para desmistificar os estereótipos raciais, os livros didáticos são ferramentas políticas e cultural, disponibilizadas aos professores e aos alunos, que pode colaborar com processo de desmistificação da História do Negro no Brasil, desde que esse recurso não reproduza no uso pedagógico, os conceitos e ideologias de senso comum e da ideologia do branqueamento, onde o negro é visto como sujeitos escravizados pelos europeus e incapazes de “produzir cultura”.

Nesse sentido, nota-se que a prática dos professores é questionada, principalmente devido à falta de familiaridade com a Lei 11.645/08, o que se apresenta como um dos obstáculos para sua implementação efetiva nas escolas. Se os professores não têm conhecimento da lei, podem ignorar sua obrigatoriedade. Por isso, Gomes e Bezerra (2013) argumentam que é fundamental que os professores estejam cientes da obrigatoriedade da lei, a fim de agirem de forma consciente no ambiente escolar, promovendo a valorização da diversidade cultural.

Ainda nesse íterim, conforme apontado por Gonçalves e Júnior (2014), a formação continuada do professor é um aspecto crucial desse processo, uma vez que é essencial que o docente busque constantemente aprimorar seus conhecimentos, adquirindo uma formação multicultural.

Sendo assim, a escola pode colaborar nesse sentido por meio da elaboração de projetos que possibilitem a obtenção de subsídios governamentais para fortalecer a prática integradora do professor no ambiente escolar. Os minicursos são exemplos de recursos para a formação continuada do docente em relação à efetividade da Lei 11.645/08, contribuindo para um melhor desempenho em sua abordagem da temática.

Encerrando o tema sobre as Práticas Educacionais na Preparação do Docente ao Combate do Racismo na Escola, a seguir abordam-se os procedimentos metodológicos.

### **3 PERCURSO METODOLÓGICO**

A presente pesquisa se caracterizou como exploratória, que segundo Gil (2008), visa proporcionar maior familiaridade com o assunto pesquisado (explicitá-lo). Envolveu levantamento bibliográfico e entrevistas com pessoas experientes no problema investigado.

Além disso, também se caracterizou como descritiva, pois, buscou descrever as características de determinadas populações ou fenômenos.

Quanto à abordagem este estudo se caracterizou como qualitativo, sendo que esta abordagem não foca na representatividade numérica, mas sim no aprofundamento da compreensão de um grupo social ou organização como apontam Gerhardt e Silveira (2009). De acordo com Minayo (2017), a pesquisa qualitativa, ao contrário da quantitativa, foca nas singularidades e significados, dando ênfase à dimensão sociocultural que se manifesta em opiniões, valores, comportamentos e práticas.

O método escolhido foi o estudo de caso, pois busca detalhar fatos e fenômenos, neste caso, o modo como os professores utilizam o conhecimento da lei antirracista e se de fato a implementam (Yin, 2010). Segundo Fachin (2006), o estudo de caso é caracterizado por um estudo aprofundado que busca compreender o assunto investigado em sua totalidade. Esse método envolve uma análise abrangente de todos os aspectos do caso estudado, reunindo o máximo de informações detalhadas possíveis.

O caso em questão é no setor institucional de educação, isto é, as escolas do município gaúcho que faz fronteira com o Uruguai, Sant'Ana do Livramento- RS. O caso foi escolhido por se tratar de uma dúvida do autor, após uma aula ministrada por seu orientador sobre as práticas antirracistas na escola. Durante suas aulas na universidade, o autor se deparou pela primeira vez com a existência da lei 11.645/08, o que acabou despertando a curiosidade sobre a sua implementação nas escolas da cidade.

Os (As) participantes da pesquisa são professores(as) de escolas públicas da cidade de Sant'Ana do Livramento-RS, atuantes até o dia da entrevista. Estes foram convidados(as) presencialmente e de forma remota (via WhatsApp) para participarem da pesquisa, e foram livres para aceitarem ou não serem entrevistados(as). Os sujeitos foram selecionados intencionalmente em função de o tema ser pertinente aos seus ensinamentos dentro da sala de aula, pois ele está diretamente relacionado ao seu ensino cotidiano no currículo escolar. Foram selecionados 10 professores em 5 escolas de ensino básico, fundamental e médio da cidade de Sant'Ana do Livramento-RS.

Quanto às técnicas de coleta de dados respeitou-se o que determina os estudos de caso, ou seja, a adoção de no mínimo três fontes de evidências, sendo que neste estudo foram utilizadas múltiplas fontes: Entrevista com professores do ensino fundamental e médio; Observação direta realizada nas escolas escolhidas com uso de diário de campo; e Análise documental com base na legislação e autores que discursam sobre o tema, o que possibilitou a triangulação dos dados (Yin, 2010).

As entrevistas foram agendadas inicialmente por contato telefônico com o gestor responsável e também presencialmente. Nesse primeiro contato, foram definidos o horário, a duração, o local e os limites da entrevista, além de ser apresentada a finalidade e a importância da pesquisa. Os entrevistados foram informados sobre a necessidade de gravação, transcrição e posterior análise das entrevistas. Como uma forma de garantir o sigilo dos(as) participantes, foram utilizadas siglas para o entrevistado(a) e para a escola.

As atribuições dadas às escolas e aos entrevistados(as) seguiram o critério de siglas descrito logo a seguir, para manter o sigilo e confidencialidade: Escola 1, Professor 1(E1/P1), Escola 1, Professor 2 (E1/P2), Escola 2, Professor 3 (E2/P3), Escola 2, Professor 4 (E2/P4) e assim sucessivamente.

Quanto ao roteiro de entrevista, as perguntas tiveram uma ordem lógica, abordando como os temas étnico-raciais são tratados dentro da sala de aula e se os professores se sentem preparados e capacitados para aplicarem a Lei 11.645/08. As entrevistas seguiram o seguinte roteiro: Informações pessoais: Idade, Sexo, Raça, Escolaridade, Formação e Tempo que trabalha na instituição. As perguntas da entrevista se basearam nos três objetivos específicos que, conseqüentemente, deram origem aos três tópicos do referencial teórico.

Os dados foram armazenados em um ambiente seguro para posterior análise do conteúdo e estas entrevistas, em um segundo momento, foram transcritas e analisadas por categorias de acordo com os objetivos específicos. Ressalta-se que se utilizou a análise de conteúdo, que segundo Bardin (2011), trata de um conjunto de instrumentos metodológicos utilizados para analisar dados qualitativos e obtém-se como função o desvendar crítico, e é desenvolvida em fases, sendo elas: a organização do material de análise, a codificação, a categorização, o tratamento dos resultados e a inferência e a interpretação dos resultados.

## 4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Neste capítulo são apresentados e discutidos os resultados após a realização das entrevistas com os professores das escolas de ensino público básico, fundamental e médio, estadual e municipal da cidade de Sant’Ana do Livramento - RS. A apresentação e discussão dos resultados está organizada da seguinte forma: Perfil das escolas e perfil dos entrevistados; percepções dos entrevistados sobre racismo dentro da instituição; conhecimento da lei 11.645/08 no ambiente escolar e sua aplicação; e preparação e capacitação na formação do docente utilizando conhecimentos antirracistas.

### 4.1 Perfil dos Entrevistados

Inicialmente relata-se que as entrevistas foram gravadas presencialmente e transcritas posteriormente. Conforme o quadro 1, foram visitadas 5 escolas no período aproximado de 1 mês e meio, entre setembro e outubro de 2024. As 5 escolas, depois de relatado o tema e o assunto das entrevistas, concordaram na participação de seus professores para serem entrevistados. Essas escolas estão localizadas, em sua maioria, na periferia da cidade, sendo que 1 delas está próxima ao centro.

**Quadro 1- Perfil das Escolas**

<b>Escola</b>	<b>Mês da entrevista</b>	<b>Ensino</b>
E1	Setembro	Médio/Estadual
E2	Setembro	Médio/Estadual
E3	Setembro	Fundamental/Estadual
E4	Outubro	Fundamental/Municipal
E5	Outubro	Fundamental/Municipal

**Fonte:** Elaborado pelo autor.

O Quadro 2 a seguir evidencia os sujeitos entrevistados, sendo que os mesmos tiveram resistência em divulgar seus nomes, mas foram abertos em divulgar suas idades, escolaridade, grau de formação e tempo de atuação dentro da organização. Os entrevistados foram escolhidos intencionalmente por possuírem, teoricamente, conhecimento sobre o tema dentro da disciplina que ensinam.

**Quadro 2- Perfil dos entrevistados(as)**

Escola/professor(a)	Idade	Sexo	Raça	Escolaridade/formação	Tempo
E1/P1	60	F	Negra	Superior/Geografia	18
E1/P2	55	F	Branca	Superior/Letras/Ed.Especial	16
E2/P3	39	F	Branca	Superior/Sociologia	04
E2/P4	44	F	Parda	Superior/História	14
E3/P5	60	F	Negra	Superior/Artes/Português	33
E3/P6	63	F	Negra	Superior/Português	31
E4/P7	61	F	Branca	Superior/Pós/História	30
E4/P8	40	F	Branca	Superior/Pós/Letras	8
E5/P9	47	F	Branca	Superior/Pós/Letras	15
E5/P10	34	M	Pardo	Superior/Mestre/Biologia	04

Fonte: Elaborada pelo autor.

De acordo com o quadro 2, 10 indivíduos, atuantes no cargo de professor(a), foram entrevistados(as). Além de fornecerem suas idades, sexo e raça que se identificam, responderam sobre a sua escolaridade, seu grau de formação e o tempo que atuam no cargo de professor.

#### **4.2 Percepção dos entrevistados sobre a existência de racismo nas instituições de ensino**

Quando os entrevistados foram abordados quanto as suas percepções sobre a existência do racismo dentro da escola, todos disseram que ele existe. Porém, a grande maioria, argumentou nunca ter vivenciado um fato presencial, embora já tivessem ouvido falar de muitas situações ocorridas com outros colegas de trabalho. No entanto, E2/P3 afirma que infelizmente em pleno século XXI ele existe com muita força ainda, e salienta que:

Já presenciei entre os alunos e eles dizem que é uma brincadeira, mas, no fundo, de uma brincadeira não tem nada. Eles brincam entre si sobre a cor da pele, mas um acaba sempre se machucando. Eles guardam pra si, mas eu sinto que eles sofrem. Eu como professora e educadora tento mostrar que essas brincadeiras não são legais e que isso é racismo. Daí eles rebatem dizendo que hoje em dia tudo é racismo e que antigamente todo mundo tinha apelido e ninguém ligava, mas agora tudo é crime.

Na mesma linha de raciocínio E5/P9 reforça a ideia dizendo que:

[...] inclusive existe um bordão entre os alunos negros que dizem: A senhora tá me chamando à atenção só porque sou preto ou ainda, tudo de errado que tem nessa aula a culpa é minha, só por causa da minha cor. Daí eles dão risada e se divertem com isso, como se fosse uma piada. Na hora eu já corrijo e mostro pra eles que isso não é certo, pois eles “tão” reproduzindo uma ideia de desvalorização e inferioridade, e isso não é legal.

Quando a fala de ambos é analisada se nota que os alunos não conseguem perceber que estão reproduzindo falas racistas, que acabam tornando a sua raça inferior e que isso gera conflitos internos naqueles que não veem isso como brincadeira, mas não tem coragem de dizer o que sentem. Pois não estão, muitas vezes, preparados emocionalmente para lidar com o fato.

Os relatos acima corroboram com a ideia de Ribeiro (2019), que argumenta em sua fala, que o racismo abrange um conjunto de práticas, hábitos, situações e falas presentes no cotidiano da população que, mesmo sem uma intenção racial explícita, acabam promovendo o racismo.

Entretanto, identificou-se que esses pensamentos não são exclusivos apenas entre alunos. De acordo com E3/P5 esse problema acontece entre professor/aluno também, como podemos observar em sua fala:

[...] eu já presenciei com uma professora que trata os alunos negros de forma diferente, com indiferença, sem dar toda a atenção que eles merecem. Pra mim eu percebo que é por causa da cor deles. Não sei se é porque eu sou negra e sinto isso na pele todos os dias, mas pra mim parece que ela exclui um pouco esses alunos. É o que eu vejo.

Ainda nesse íterim E3/P6 relata um fato ocorrido em seu passado que até hoje é capaz de disparar gatilhos emocionais na sua maneira de conviver com seus gestores:

[...] faz muito tempo que eu sou professora e por ser negra já passei por vários perrengues. Uma vez, em uma outra escola, há vários anos, no começo da minha carreira, um aluno me disse: Sai daqui “negra suja fedida”. Eu fiquei chocada e comuniquei o acontecido “pra” minha diretora, que era negra também. Daí ela disse que eu tinha que relevar e não fazer alarde porque o aluno era uma criança e não sabia o que “tava” fazendo. Eu era muito ingênua, “tava” no começo da minha carreira então deixei passar. Mas hoje em dia não deixo passar nada, vejo esse tipo de ofensa como um crime e vejo como crime também a negligência de um gestor quando não tem uma atitude enérgica sobre isso.

Portanto, através da interpretação das falas anteriores e indo ao encontro da visão de Almeida (2008), o racismo é uma forma sistemática de discriminação baseada na raça, manifestando-se por meio de práticas, conscientes ou inconscientes, que resultam em desvantagens ou privilégios para indivíduos, dependendo do grupo racial ao qual pertencem.

#### **4.3 Políticas Educacionais Antirracistas após a criação da lei 11.645/08**

Ao serem abordados sobre a obrigatoriedade da aplicação da lei 11.645/08 no currículo escolar, uma parte significativa dos entrevistados afirmou não conhecer a lei. Após uma breve explicação, por parte do autor, sobre a definição da lei, a grande maioria expôs seus relatos que serão vistos a seguir:

De acordo com E1/P1 ela é obrigatória e é trabalhada de forma constante e contínua no ambiente escolar, principalmente no mês de novembro e salienta:

[...] na semana da consciência negra no mês de novembro, a gente enfatiza mais sobre o tema com os alunos. Mas eu acho que esse tema deveria ser abordado todos os dias e não só em novembro. Essa lei deveria ser passada pra todos os professores e a SME deveria cobrar e fiscalizar se isso está sendo feito por parte dos gestores. Eu como sou negra procuro sempre me atualizar sobre o assunto, por isso eu sei da lei.

No relato de E2/P3 a participante afirma que:

Mesmo que essa lei não seja muito conhecida, aqui na escola, esse tema é trabalhado todos os dias e não apenas no mês de novembro. Grande parte das disciplinas tenta abordar, de alguma forma, questões raciais com seus alunos. Mas no meu ver, deveria existir uma disciplina específica que falasse somente desse tema em algum momento da sua grade. Não só sobre a história afro brasileira, mas sobre as várias faces do racismo. Uma disciplina que em algum momento tivesse um conteúdo somente sobre isso. Eu acho que isso faz falta aqui na escola.

Segundo E3/P5 a lei na escola é obrigatória, mas a maioria dos professores não tem interesse em se aprofundar sobre o tema. Muitos preferem dar suas aulas sem se comprometer com essas questões. Contudo, ainda no relato de E3/P5 percebe-se que a entrevistada bate muito nesta tecla com seus alunos:

[...] a direção me pede todos os anos para fazer algum projeto de teatro, ou alguma dinâmica com meus alunos durante a semana da consciência negra em novembro, eu sempre faço. E nunca repito os projetos, sempre trago algo novo e atual. Eu gosto disso, dessa interação, de ver o interesse na carinha deles. Mas eu também acho que a escola deveria focar em outros professores. Eu sei que eles me pedem porque eu sou negra, mas seria legal se todos se envolvessem.

Na fala de E4/P7 percebe-se que além de obrigatória a lei também é aplicada:

[...] inclusive além de ser falado sobre esse tema durante todo o ano, em todas as disciplinas, sem exceção, nós ainda temos um grupo de teatro afro que foi ideia dos próprios alunos negros. Eles falam de suas experiências de vida, sobre situações que enfrentaram e de como são felizes depois que aprenderam sobre si mesmos. Na época da criação do grupo a escola achou inusitado partir deles a criação do grupo, mas apoiou sem pestanejar. E esse grupo é um sucesso. Eles se apresentam em outras escolas também e já dizem que são famosos (risos).

Entretanto, o restante dos participantes revelou nunca ter tido contato com a lei 11.645/08, com exceção de E5/P10 que sabia da existência da lei 10.639/03, contudo não tinha ideia da sua revogação e substituição pela lei atual. Já como dito anteriormente, uma parcela dos entrevistados não estava familiarizada com a existência da lei e só tratavam sobre o tema em épocas pontuais. Esse fato vai ao encontro de Gomes (2001) que afirma que as abordagens pedagógicas em prol de uma mentalidade antirracista frequentemente não seguem a estruturação prevista em lei, manifestando-se geralmente como iniciativas isoladas e esporádicas. Essas práticas tendem a ocorrer principalmente quando os currículos reservam apenas um momento para o que deveria ser uma discussão contínua sobre o tema.

#### **4.4 Práticas Educacionais na Preparação do Docente ao Combate do Racismo na Escola**

Ao serem questionados sobre a sua preparação como docente, ou ainda sobre treinamentos que os capacitassem sobre aprendizados a respeito da lei 11.645/08, ou mesmo sobre temas relacionados ao racismo, quase todos foram enfáticos em dizer que tal preparação nunca existiu. Contudo, quando analisadas as falas de alguns entrevistados, percebe-se que eles buscam tal capacitação por conta própria. Viu-se isso na fala de E4/P7 que diz:

[...] totalmente preparado não né? Porque a gente está sempre estudando, procurando, informando, buscando informações, levando informações, fazendo troca de informações. Mas, não me lembro de ter tido uma capacitação, nem mesmo na minha pós. Muito menos na minha formação acadêmica como professora.

Ainda nesse contexto, E2/P3 complementa com sua resposta:

[...] na minha formação de sociologia nunca tive nenhuma disciplina obrigatória, embora fosse falado sobre o assunto de forma geral em algumas disciplinas complementares. Mas preparação para trabalhar a lei em sala de aula, não tive. Pode ter passado alguma questão, mas nada marcante. Isso veio depois que a gente assume a sala de aula, que a gente passa por isso, que a gente vai focar e ir atrás. A gente tem cursos preparados pelo MEC, que tem todo um estudo antirracista para a gente trabalhar. A gente faz esse curso, faz essa formação, lê livros. Eu já li o manual da Djamila Ribeiro, que é o manual antirracista. Então a gente tenta procurar, mas na minha formação eu não me lembro de nada, nada que tenha me marcado sobre essa questão.

Outra fala que vai ao encontro das anteriores é a da entrevistada E5/P9 que relata o seguinte:

[...] me considero preparada, mas não 100%. Tem algumas questões que com certeza a gente vai esbarrar. Vai ter que dar uma pensada, porque entra muito a questão do preconceito. E tu tens que saber lidar com coisas delicadas. Eles são adolescentes, então eu acho que tu tens que saber o jeito certo de falar para não ofender nenhum dos lados, porque eles podem levar tudo para o pessoal e a gente também tem que estar preparada mais em questões desse tema. E na verdade, eu estou conhecendo essa lei agora contigo, nem sabia que existia.

Com base nos dados anteriores percebe-se que a prática dos professores é questionada, principalmente devido à falta de familiaridade com a Lei 11.645/08, o que se apresenta como um dos obstáculos para sua implementação efetiva nas escolas. Se os professores não têm conhecimento da lei, podem ignorar sua obrigatoriedade. Então, como já visto na fala anterior de Gomes e Bezerra (2013), é fundamental que os professores estejam cientes da obrigatoriedade da lei, a fim de agirem de forma consciente no ambiente escolar, promovendo a valorização da diversidade cultural. E reforçando a ideia de passagem de conhecimento, Silva (2014) afirma que, é importante que o docente se especialize no assunto com dados atuais, ou através de cursos e palestras, e não busque e transmita seu conhecimento apenas baseado em livros didáticos datados de épocas passadas.

A respeito do diário de campo, após a observação direta por mais de um mês visitando as escolas pesquisadas, observou-se que a maioria delas tem ou já teve algum incidente ligado às falas ou situações racistas. Grande parte relatou fatos pontuais envolvendo falas e atitudes racistas, tanto entre aluno/aluno, quanto em relação a professor/aluno e aluno/professor. Percebeu-se que no cotidiano das escolas os professores tentam por conta própria buscar a capacitação necessária para poder abordar o tema com propriedade. Porém, eles carecem de apoio curricular e financeiro para implementarem políticas que possam envolver todos os alunos como: criação de projetos voltados aos temas étnico-raciais durante todo o ano, palestras ou seminários que despertem interesse dos alunos e da comunidade ou até mesmo livros didáticos atualizados que discorram sobre o tema.

Com base na observação direta feita em todas as escolas, através de conversas informais com funcionários e alunos que se dispuseram a conversar com o autor, foi possível criar um perfil mais conciso sobre a realidade de cada escola, o que acabou facilitando a construção sobre a criação do perfil de cada uma delas.

## **5. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Ao tecer-se as considerações finais deste estudo, inicialmente resgata-se o objetivo geral que foi investigar como as práticas que combatem ao racismo estavam sendo abordadas dentro das instituições de ensino básico, fundamental e médio, da cidade de Sant'Ana do Livramento-RS e como os professores estavam preparados para lidar com situações decorrentes desse tema, para entender assim, se os autores que discutem e estudam o assunto estão escrevendo algo que está muito próximo ou distante da realidade.

O estudo mostrou que em todas as instituições pesquisadas o racismo estava presente. Porém, fica claro, que ele é mais evidente em algumas delas. Embora, tenha se observado que no espaço educacional há pessoas que nunca vivenciaram situações racistas, um fato marcante neste estudo, foi a evidência de que, em algum momento, as pessoas já ouviram falar de fatos pontuais que ocorreram dentro da instituição de ensino da qual fazem parte.

Em relação ao objetivo específico “identificar o racismo existente e a realidade das Escolas Públicas de Ensino Básico de Sant'Ana do Livramento-RS”, vê-se que as escolas estão cientes da existência do racismo e que este assunto é um tema habitual dentro das salas de aulas.

Contudo, percebe-se que o tema racismo ainda carece de uma exploração maior dentro da grade curricular, e que tal exploração sobre o assunto, deveria ser incentivada de forma mais específica pelos órgãos institucionais.

Ainda foi possível observar que esse tema surge para os estudantes como forma de brincadeira ou piada ocasional, o que não deveria acontecer. Parece que a importância dada a isso por parte de alguns alunos é vista como banalidade, já que no passado, racismo não era crime.

Com relação às políticas educacionais antirracistas após a implementação da lei 11.645/08 nota-se que muito pouco ou quase nada mudou após a sua implementação. A lei, no que tange à obrigatoriedade, não é cobrada ou exigida dentro da sala de aula. O currículo escolar sobre o tema é defasado e o conhecimento necessário para abordá-lo dentro das instituições, parte da escolha própria de cada professor, através de cursos ou leituras. Embora, existam ações que reforcem a importância do assunto, principalmente no mês de novembro, durante a Semana da Consciência Negra, o tema ainda é muito pouco abordado durante o restante dos dias letivos, o que traz à tona um pouco de decepção aos professores das escolas públicas de Santana de Livramento.

Entretanto, aquelas escolas que promovem ações: como palestras e grupos de teatros, que são visíveis durante todo o ano, afirmam estarem mais preparadas para abordar temas raciais de forma mais consciente e sentem que isso reforça o entendimento de equidade por parte de todos os envolvidos.

Com relação ao objetivo específico “identificar a capacitação e o conhecimento dos professores(as) a respeito da Lei 11.645/08 no ambiente das Escolas Públicas de Ensino Básico de Santana do Livramento-RS” identificou-se que os professores não tiveram quaisquer treinamentos ou capacitações em seu processo de formação acadêmica como docente, o que indica a necessidade dessa abordagem étnico-racial também nos cursos de formação de professores das universidades.

Embora, o tema pareça estar presente na realidade de todas as escolas é notório que o Ensino de Relações Étnico-raciais (ERE) ainda não é obrigatório na formação do docente e em sua preparação como transmissor de conhecimento sobre a História da Cultura Indígena e Afro-brasileira. Todavia, percebe-se que o professor procura, de maneira própria, adquirir esse conhecimento através da busca de temas sobre o assunto em livros e palestras.

Ao final deste estudo recomenda-se que as escolas busquem melhorias na sua grade curricular no que tange aos assuntos ligados às temáticas étnico-raciais. Também, que procurem auxílio com materiais didáticos atuais e que cobrem incentivos financeiros de seus órgãos institucionais, a fim de serem capazes de promover estímulos inovadores aos seus alunos, através de projetos, ações, palestras e seminários que possibilitem a disseminação crescente e a divulgação expansiva sobre a temática antirracista.

Recomenda-se ainda que as universidades trabalhem mais as questões étnico-raciais na formação do docente, mesmo que a lei 11.645/08 ainda não seja obrigatória em instituições de ensino superior, assuntos sobre o tema deveriam ser mais explorados nas universidades, pois são nelas que os profissionais de ensino são moldados.

Como sugestão, também se entende que para a disseminação de uma cultura antirracista nas escolas públicas de Santana do Livramento/RS, se faz necessária a parceria com a Secretaria Municipal de Educação, através de políticas públicas municipais que invistam em treinamento e capacitação dos professores, além da busca de parcerias com as universidades e instituto federal local, a fim de expandir conhecimento aprofundado sobre o tema.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, M.; SANCHEZ, L. Implementação da Lei 10.639/2003-competências, habilidades e pesquisas para a transformação social. **Pro-Posições**, São Paulo, v. 28, p. 55-80, jan./abr. 2017.

ALMEIDA, S. L. **O que é racismo estrutural?** Belo Horizonte: Letramento, 2018.

ALMEIDA, Vitória Gomes e COSTA, Fernanda Carla da Silva. Por que precisamos decolonizar o pensamento? **Revista de Biblioteconomia e Ciência da Informação**. Juazeiro do Norte, v.7, n.1, p. 3-8, 2021.

ANDRÉ, M.E.D.A; LÜDKE M. **Pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

ARAÚJO, Maurício Azevedo de. HEIM, Bruno Barbosa. HOSHINO, Thiago de Azevedo Pinheiro (org.). **Direitos dos povos de Terreiro**. Salvador: EDUNEB, 2018.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70 (2011).

BRASIL, MEC "Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação das Relações Étnico Raciais e para o Ensino de História e Cultura Afro-Brasileira e Africana." Brasília, DF (2003).

CARNEIRO JÚNIOR, Nelson. Educação e Sociedade: os Desafios da Escola na Formação da Cidadania. In: **Revista Educação em Contexto**. V.2, n. 2. Goiânia/GO: SEDUC-GO, 2023.

CASSOL, Glória Barbosa. Assessoria no Centro de Educação da UFSM: uma atividade dispensável? In: SILVEIRA, Ada Cristina Machado da (Org.). **Práticas, identidade e memória: 30 anos de Relações Públicas na UFSM**. Santa Maria: FACOS-UFSM, 2003. p. 183-190.

CASTRO, Solange T. Ricardo de; ROMERO, Tania Regina de Souza. A linguagem na formação do educador. In: CASTRO, S. T. R. de; SILVA, E. R. da (org.). **Formação do Profissional Docente: contribuições da Linguística Aplicada**. Taubaté: Editora Cabral, 2006.

CURY, Carlos Roberto Jamil. A gestão democrática na escola e o direito à educação. **Revista Brasileira de Política e Administração da Educação**. V. 23. N.3 set./dez, 2007.

DOMINGUES, Petrônio. "O mito da democracia racial e a mestiçagem no Brasil (1889-1930)" **Revista Diálogos Latino Americanos**, Vol. 6, n. 10, 2005.

FACHIN, O. **Fundamentos de metodologia**. São Paulo: Saraiva, 2006.

FERNANDES, Heloísa Rodrigues. **Política e Segurança**. Força Pública do Estado de São Paulo. Fundamentos Histórico-sociais, prefácio de Florestan Fernandes. São Paulo, Alfa-Omega, 1974.

GALBRAITH, Jonh Kenneth. **O pensamento econômico em perspectiva: uma história crítica**. São Paulo: Pioneira, 1989.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D, T. **Métodos de pesquisa**. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009.

GIL, Antonio Carlos. **Como elaborar projetos de pesquisa**. 4. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

GOMES, Nilma Lino. Educação cidadã, etnia e raça: o trato pedagógico da diversidade. In: Cavalleiro, Eliane (org.) **Racismo e Antirracismo na Educação**: repensando nossa escola. São Paulo: Selo Negro, 2001.

GOMES, P. F.; BEZERRA, R. A. **Literatura e ensino**: a aplicabilidade da Lei nº 10.639/03 no contexto escolar. Campina Grande: Realize, 2013.

INSTITUTO ALANA. **Os benefícios da educação inclusiva para estudantes com e sem deficiência**. Disponível em: Os\_Beneficios\_da\_Ed\_Inclusiva\_final.pdf (alana.org.br).

LARSEN-FREEMAN, D. Training teachers or educating a teacher. In: ALATI, J. E.; STERN, H.H.E.S. (org.). **Georgetown University Roundtable on Languages and Linguistics**. Washington D.C.: Georgetown University Press, 1983, p.27-45

MACEDO, A. **Gestão escolar e educação antirracista**: a implementação da Lei 10.639/2003 na perspectiva da educação como direito. Brasília, DF: UnB, 2014.

MARINGONI, Gilberto. **O destino dos negros após a Abolição**. IPEA: 2011

MARTINS, G, A. **Estudo de Caso: uma estratégia de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2008.

MINAYO, M. C. S. Amostragem e saturação em pesquisa qualitativa: consensos e controvérsias. **Revista pesquisa qualitativa**, São Paulo, v. 5, n. 7, p. 1-12, 2017.

MOREIRA, Adilson. **Racismo recreativo**. São Paulo: Sueli Carneiro, Pólen, 2019.

OLIVEIRA, E. S.; SANTOS, M. A. S.; SILVA, A. G. A. **O livro didático**: Um Estudo da Abordagem da História do Negro em São Luís do Quitunde. In: VII Semana Internacional de Pedagogia, Alagoas, 2014.

PACHECO, T. **Desigualdade, injustiça ambiental e racismo**: uma luta que transcende a cor. In.: I Seminário Cearense Contra o Racismo Ambiental. Fortaleza: Ceará, 2006.

RIBEIRO, D. **Pequeno Manual Antirracista**. São Paulo. Companhia das letras. 2019.

RIBEIRO, D. **Lugar de Fala**. São Paulo: Editora Jandaíra, 2021.

ROOS, R. R. **O preconceito racial no contexto escolar**. 36 f. 2010. Monografia (Graduação em Pedagogia) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2010.

SANSONE, L. **Negritude sem etnicidade**: o local e o global nas relações raciais e na produção cultural negra do Brasil. Salvador: UFBA/Pallas, 2003.

SAVAZZONI, S. A. **Preconceito, racismo e discriminação**. Revista do Curso de Direito, São Paulo, v. 12, n. 12, p. 39-75, 2015.

SILVA, P. O conceito de branquitude: reflexões para um campo de estudo. In: PEDROSO, T.M.; CARDOSO, L. (orgs). **Branquitude: estudos sobre a identidade branca no Brasil**. Curitiba: Appris, 2017.

SILVA, Petronilha Beatriz Gonçalves e. Aprender, ensinar e Relações étnico-raciais no Brasil. **Educação**. Porto Alegre/RS, ano XXX, n. 3 (63), p. 489-506, set./dez. 2007.

SILVA, R. N.; OLIVEIRA, R. Os limites pedagógicos do paradigma da qualidade total na educação. In: CONGRESSO DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA DA UFPE, 4., 1996, Recife. **Anais eletrônicos...** Recife: UFPe, 1996.

TRIVIÑOS, A. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 1987.

VIEIRA, J. V. COSTA, K. F. REI, M. R. A. ARAÚJO, P. C. A. O ensino de história da África: Pressupostos para pensar práticas metodológicas na sala de aula com o uso das tecnologias digitais. João Pessoa: Universidade Federal da Paraíba. 2012.

WERNECK, Jurema. **Racismo institucional: uma abordagem conceitual**. São Paulo: Geledés, 2013.

YIN, R. K. Estudo de Caso – **Planejamento e Métodos**. Porto Alegre: Bookman

## APÊNDICE A – ROTEIRO DA ENTREVISTA

Esta entrevista faz parte do Trabalho de Curso de autoria de Sandro de Mello Sena, graduando em Administração na Universidade Federal do Pampa (UNIPAMPA), campus Santana do Livramento, sob orientação do Professor Dr. Sebastião Cerqueira da Rosa Adão. A pesquisa tem por objetivo analisar o tipo de práticas utilizadas pelos professores das escolas públicas da cidade, quanto às abordagens antirracistas dentro da sala de aula, propostas pela lei 11.645/08 Destaca-se que todas as identidades dos respondentes foram mantidas em total sigilo.

<b>Bloco A- Perfil do Entrevistado</b>	
1.	Apresentação: idade, sexo
2.	Cargo
3.	Escolaridade/formação
4.	Tempo que trabalha na instituição
5.	Tempo que trabalha no cargo atual

### **Bloco B – Questões da entrevista (Quadro 1)**

<b>Percepção dos entrevistados sobre a existência de racismo nas instituições de ensino</b>
<b>1</b> Você acredita que existe racismo nas escolas? Já presenciou alguma vez? Comente:
<b>2</b> Como você observa as questões raciais na sua escola?
<b>3</b> Você pode mencionar em quantas disciplinas e em quais esse tema é falado?

### **Bloco B – Questões da entrevista (Quadro 2)**

<b>Políticas Educacionais Antirracistas após a criação da lei 11.645/08</b>
<b>4</b> Na sua escola a implementação da lei 11.645/08, que visa combater o racismo, é obrigatória? Comente:
<b>5</b> De que forma você acredita que esse tema deveria ser abordado?
<b>6</b> Você incluiria esse tema na sua prática pedagógica? Se sim, em que momento e de que maneira você o abordaria na escola?

**Bloco B – Questões da entrevista (Quadro 3)**

**Práticas Educacionais na Preparação do Docente ao Combate do Racismo na Escola**

**7** Você se considera preparado(a) para abordar questões raciais e temas relacionados à cultura afro-brasileira na escola? Explique:

**8** Você teve alguma disciplina obrigatória ou facultativa, sobre o tema racismo, durante a sua formação acadêmica? Comente:

**9** O que mudou no seu currículo após a implementação da lei 11.645/08, você teve algum treinamento ou capacitação para falar sobre ele?